

Mulheres afroempreendedoras no Brasil: dinâmicas raciais, desafios e impactos socioeconômicos

resumo

Este estudo investiga as condições de participação das mulheres afroempreendedoras no Brasil, com foco nas dinâmicas raciais, nos desafios enfrentados e nos impactos socioeconômicos de suas iniciativas. O afroempreendedorismo, crescente no Brasil, se apresenta como uma resposta estratégica às desigualdades históricas de gênero e raça, sendo impulsionado, sobretudo, pela força e criatividade das mulheres negras. Apesar desses desafios, as mulheres negras estão transformando as economias locais e reafirmando a identidade cultural por meio de suas atividades empreendedoras. A partir da análise de os mais recentes dados estatísticos do SEBRAE baseados na PNAD contínua do IBGE sobre empreendedorismo no Brasil, esta pesquisa busca compreender as dinâmicas específicas de mulheres negras neste cenário, os seus desafios enfrentados – como o acesso limitado a crédito, e os impactos sociais e econômicos que emergem dessa atuação. Além disso, a pesquisa destaca as contribuições de afroempreendedoras para o desenvolvimento comunitário, a geração de empregos e a visibilidade da cultura afro-brasileira através do empreendedorismo feminino. As redes de apoio, coletivos organizados e o uso de tecnologias têm potencializado diferentes iniciativas, promovendo não apenas a autonomia financeira, mas também o fortalecimento identitário. Por meio de uma abordagem interseccional, este trabalho visa oferecer contribuições teóricas e práticas para a compreensão do afroempreendedorismo como um fenômeno de resistência e inovação, destacando sua relevância na luta por justiça social e equidade no Brasil.

palavras-chave

afroempreendedorismo; mulher negra; racismo; impacto socioeconômico.

Afro-brazilian women entrepreneurs: racial dynamics, challenges and socioeconomic impacts

abstract

This study explores the conditions of Afro-Brazilian women entrepreneurs focusing on the racial dynamics, challenges, and socioeconomic impacts of their entrepreneurial initiatives, the research positions Afro-entrepreneurship as a strategic response to Brazil's historical gender and racial disparities. Driven by resilience and creativity, Afro-Brazilian women are reshaping local economies and affirming cultural identity through innovative practices. Utilizing data from SEBRAE, PNAD, IBGE the study highlights significant contributions to community development, job creation, and the visibility of Afro-Brazilian culture. It examines how collectives, networks, and digital technologies empower these entrepreneurs, fostering financial autonomy and identity affirmation. By adopting an intersectional lens, this paper provides theoretical and practical insights into Afro-entrepreneurship as a phenomenon of resistance and innovation. Through an intersectional approach, this work aims to offer theoretical and practical contributions to understanding Afro-entrepreneurship as a phenomenon of resistance and innovation, highlighting its relevance in the fight for social justice and equity in Brazil.

keywords

Afro-Entrepreneurship; black women; racism; socioeconomic impact.

Mujeres afroemprendedoras en Brasil: dinámicas raciales, desafíos e impactos socioeconómicos

resumen

Este estudio investiga las condiciones de participación de las mujeres afroemprendedoras en Brasil, enfocándose en las dinámicas raciales, los desafíos enfrentados y los impactos socioeconómicos de sus iniciativas. El afroemprendimiento, en creciente desarrollo en Brasil, se presenta como una respuesta estratégica a las históricas desigualdades de género y raza, impulsado especialmente por la fuerza y creatividad de las mujeres negras. A pesar de estos desafíos, las mujeres negras están transformando economías locales y reafirmando la identidad cultural a través de sus actividades emprendedoras. A partir del análisis de los datos estadísticos más recientes del SEBRAE, basados en la PNAD continua del IBGE sobre el emprendimiento en Brasil, esta investigación busca comprender las dinámicas específicas de las mujeres negras en este contexto, los desafíos que enfrentan — como el acceso limitado al crédito — y los impactos sociales y económicos que surgen de su actuación. Además, el estudio resalta las contribuciones de las afroemprendedoras al desarrollo comunitario, la generación de empleos y la visibilización de la cultura afrobrasileña a través del emprendimiento femenino. Las redes de apoyo, los colectivos organizados y el uso de tecnologías han potenciado diversas iniciativas, promoviendo no solo la autonomía financiera, sino también el fortalecimiento identitario. Desde un enfoque interseccional, este trabajo tiene como objetivo ofrecer contribuciones teóricas y prácticas para la comprensión del afroemprendimiento como un fenómeno de resistencia e innovación, destacando su relevancia en la lucha por la justicia social y la equidad en Brasil.

palabras-clave

afroemprendimiento; mujer negra; racismo; impacto socioeconómico.

1. Introdução

Este artigo integra parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento, que busca compreender como as dinâmicas raciais e de gênero impactam o cenário do empreendedorismo brasileiro. O presente artigo aborda a especificidade das mulheres afroempreendedoras, destacando como elas se posicionam no cenário socioeconômico brasileiro, enfrentando barreiras estruturais ao mesmo tempo em que transformam realidades por meio de suas iniciativas. Por fim, através de uma abordagem interseccional, proponho reflexões sobre o afroempreendedorismo como um fenômeno de resistência e inovação no Brasil.

O afroempreendedorismo tem raízes profundas nas trajetórias de resistência da população negra (pretos e pardos segundo o IBGE), pois sempre buscou alternativas para garantir sua subsistência e alcançar autonomia econômica, frequentemente recorrendo ao trabalho autônomo e à criação de pequenos empreendimentos. Essas iniciativas representavam estratégias de resistência às restrições econômicas e sociais impostas pelo sistema escravocrata e pelas desigualdades estruturais que se perpetuaram após a abolição. No entanto, a formalização e o reconhecimento do afroempreendedorismo só começaram a ganhar força nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 2000, quando políticas públicas e programas federais de apoio aos empreendedores e microempresas começaram a focar mais intensamente no combate às desigualdades no empreendedorismo. Além disso, com o advento da democratização da comunicação por meio da internet e redes sociais, houve uma crescente popularização da valorização da cultura afro-brasileira e a criação de espaços de afirmação de identidade, contribuindo para a expansão do movimento afroempreendedor.

Na pesquisa “Retrato do Negro empreendedor brasileiro – sob a ótica da Pnad”, publicada em 2024 pelo SEBRAE indicam que mais de 15 milhões de empreendedores são negros, um crescimento de 28% entre 2012 e 2013. Essa pesquisa contabilizou os Donos de Negócio (DN, conta própria e empregadores) e reflete a resiliência e criatividade dessa população, que encontra no empreendedorismo uma estratégia de ascensão econômica e afirmação cultural. A maior concentração desses empreendedores está nas regiões Nordeste e Sudeste, territórios marcados por contrastes sociais e econômicos que moldam as experiências dos respectivos afroempreendedores. Embora enfrentam desafios como acesso limitado a crédito, esses empreendedores, sobretudo as mulheres negras, têm desempenhado um papel central na dinamização das economias locais e no fortalecimento positivo da identidade afro-brasileira.

Apesar das mulheres negras desempenharem um papel central no afroempreendedorismo, com grande parte delas gerando soluções inovadoras e culturais que impactam suas comunidades, a maioria dos empreendedores negros no Brasil é composta por homens. Ainda assim, o empreendedorismo feminino tem tido grande destaque nacional e um crescente número de mulheres negras, através do afroempreendedorismo, têm conseguido se empoderar economicamente e desafiar as barreiras do racismo e supostas crenças baseadas em limitações de gênero através de suas iniciativas, elas reafirmam sua identidade e ocupam espaços importantes de liderança nos mais diversos setores.

2. O afroempreendedorismo no Brasil

O afroempreendedorismo se desenvolve como uma resposta estratégica às desigualdades e para determinados grupos de afro-empresendedores, este movimento vem se consolidando como estratégia que busca não apenas a autonomia econômica, mas também o fortalecimento da identidade cultural afro-brasileira. Este movimento singular, entre empresários negros brasileiros tem crescido de forma significativa a partir da primeira década dos anos 2000, especialmente com a aceleração do processo de formalização de pequenos negócios. As mudanças na legislação em prol da *desburocratização* dos processos das Micro e Pequenas Empresas (MPes) – responsáveis por uma parcela significativa da geração de emprego e renda no Brasil – foram cruciais para a transformação no cenário do empreendedorismo.

As Micro e Pequenas Empresas (MPes) desempenham um papel essencial no fortalecimento da economia local pois respondem por cerca de 95% das empresas registradas no país e empregam 54% da força de trabalho formal, além de contribuírem com 30% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, segundo o Sebrae (2023). A criação Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/2006) para regulamentar e fomentar as atividades de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) no Brasil, estabeleceu um conjunto de normas voltadas à simplificação tributária, redução de burocracias e ampliação de benefícios para os empresários. A lei tem sido essencial para a popularização do empreendedorismo no Brasil e sua implementação reflete a importância desse setor na geração de empregos, distribuição de renda e crescimento econômico, pois contribui significativamente para a formalização de empreendimento, o aumento da competitividade dessas empresas no mercado e desenvolvimento regional (Silva, et al, 2023).

Posteriormente, o Microempresendedor Individual (MEI), criado em 2008 com a aprovação da Lei Complementar nº 128/2008, alterou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/2006). O Microempresendedor Individual (MEI) foi implementado como uma estratégia para formalizar trabalhadores autônomos e pequenos empresários que operavam na informalidade (Silva et al., 2023). Através de um regime jurídico simplificado, indivíduos com faturamento anual limitado (atualmente, até R\$ 81 mil) puderam se registrar como empresas, garantindo acesso a benefícios previdenciários, como aposentadoria e auxílio-maternidade, além de simplificar obrigações tributárias. Assim, a criação do Microempresendedor Individual (MEI) impulsionou a formalização de pequenos negócios e negócios por conta própria, pois com o objetivo de reduzir burocracias, unificar tributos em uma única guia mensal de pagamento (DAS) e facilitar a emissão de notas fiscais, tornou o empreendedorismo formalizado uma alternativa viável para milhões de brasileiros. O Microempresendedor Individual (MEI) tem se mostrado uma ferramenta importante para o afroempreendedorismo no Brasil, permitindo que muitos empresários, antes informais ou por conta própria, possam acessar benefícios como a emissão de notas fiscais, acesso a crédito e à previdência social. O Microempresendedor Individual (MEI) tem sido um catalisador para a expansão do empreendedorismo entre os negros no Brasil, pois oferece uma forma simplificada de formalização que muitos não teriam acesso de outra forma (Silva et al., 2023). O aumento da adesão ao Microempresendedor Individual (MEI) entre a população negra é um reflexo direto da necessidade de criar alternativas econômicas em um mercado de

trabalho que ainda é altamente desigual e dificulta o acesso da população negra, especialmente em setores de maior formalidade e qualificação.

A estatística de que 52% dos empreendedores no Brasil são negros, segundo dados do SEBRAE, evidencia uma transformação no mercado de trabalho, mostrando que a população negra está cada vez mais buscando o empreendedorismo como uma alternativa às esferas formais do mercado de trabalho, não só no campo da necessidade. Esse crescimento, que foi de 22% nos últimos dez anos, reflete a capacidade de adaptação e resistência de um grupo que enfrenta múltiplos desafios. Portanto, o aumento do número de empreendedores não significa automaticamente um cenário positivo: esses empreendedores frequentemente encontram barreiras significativas, como dificuldades no acesso ao crédito, discriminação racial e a ausência de políticas públicas específicas que promovam a equidade no ambiente de negócios. Tais adversidades evidenciam a urgência de estratégias estruturais e políticas públicas inclusivas que promovam a equidade no ambiente de negócios, criando condições favoráveis para que o empreendedorismo negro seja plenamente reconhecido e valorizado como um vetor de transformação social e econômica sustentável.

3. Dinâmicas raciais e economia: racismo e estereótipos raciais sobre a figura do “empresário ou empreendedor” brasileiro

O racismo tem consequências profundas e duradouras para a economia e a estrutura social do Brasil, pois as profundas marcas da escravidão perpetuam desigualdades raciais, afetando diretamente as oportunidades econômicas para a população negra. As desigualdades históricas resultam em uma concentração de riqueza e poder em um pequeno grupo de pessoas brancas, marginalizando ainda mais a população negra (Nascimento, 2020). A população negra enfrenta uma disparidade salarial significativa em relação aos brancos, mesmo quando controlados fatores como escolaridade e experiência. Assim, o racismo impede o acesso igualitário a serviços financeiros, educação de qualidade, e empregos em setores formais da economia, tal qual a discriminação racial nas empresas e o preconceito institucionalizado são fatores determinantes que limitam o crescimento e o sucesso dos negros no mercado de trabalho (Gonzalez, 2019). Esse cenário de exclusão social e econômica reduz o potencial de desenvolvimento das comunidades negras, criando um ciclo de pobreza que se perpetua ao longo das gerações.

A falsa crença de que a questão racial não tem relação com a economia no Brasil – inclusive entre intelectuais das Ciências Sociais – tem sido um obstáculo significativo para a formulação de políticas públicas eficazes voltadas para a redução das desigualdades raciais. Embora a constituição brasileira proclame a igualdade de direitos, as condições econômicas e sociais das populações negras e brancas são marcadamente diferentes (Munanga, 2019). Através da ideologia da democracia racial reforça a narrativa de que as questões raciais são “coisas do passado” ou que a raça não influencia as oportunidades econômicas desconsidera o impacto do racismo que ainda existe nas instituições brasileiras (Munanga, 2019). A falta de acesso a educação de qualidade, a marginalização de profissionais negros nos principais setores da economia, e a sub-representação de negros em cargos de liderança nas empresas são exemplos de como a raça afeta a economia do país (Monteiro, 2001). A persistente desigualdade racial impede a plena utilização do potencial humano, limitando o crescimento econômico sustentável e inclusivo. Dessa

forma, negar a relação entre raça e economia é não apenas ignorar a história do Brasil, mas também perpetuar as desigualdades que impactam diretamente a vida de milhões de brasileiros (Gonzalez, 2019).

A ideologia do branqueamento, profundamente enraizada na cultura nacional, tem sido uma estratégia social e política desde o período pós-abolição da escravidão, no Brasil. Essa ideologia sugere que a "melhora" das condições sociais e econômicas da população negra seria alcançada por meio da assimilação das características culturais e físicas dos brancos, como forma de "degeneração" das raças (Nascimento, 2016). Assim, a busca por uma identidade nacional homogênea, baseada nos padrões estéticos e culturais brancos, marginaliza e invisibiliza a contribuição da cultura negra para o desenvolvimento social e econômico do país (Munanga, 2019). O resultado dessa ideologia é uma hierarquia racial que favorece a população branca e seus valores da branquitude, em detrimento da população negra, com impacto direto nas possibilidades de ascensão social e acesso a recursos econômicos (Sousa, 1983). O conceito de branqueamento ainda reverbera nas práticas sociais e na forma como a população negra é tratada na sociedade brasileira na contemporaneidade. No Brasil, a expectativa social tradicional sobre o perfil do "empresário" ou "empreendedor" está diretamente ligada à imagem de um homem branco, com acesso a redes de contato e capital. Esse estereótipo, moldado pela história de exclusão e marginalização das populações negras e outras minorias, dificulta a construção de uma identidade empreendedora para negros e negras, pois, culturalmente, a ideia de sucesso empresarial está associada à branquitude (Monteiro, 2001). Esse padrão é sustentado por narrativas sociais e culturais que invisibilizam o potencial empreendedor das pessoas negras, criando um ciclo de desvantagens econômicas e uma subjetividade inferiorizada (Sousa, 1983). Essa expectativa social é ainda mais problematizada quando se trata de mulheres negras, que enfrentam uma exclusão tripla: por serem negras, mulheres e, frequentemente, de classes sociais mais baixas (Gonzalez, 2019).

Uma das principais dificuldades enfrentadas por empreendedores negros, especialmente mulheres, é o acesso ao crédito. Dados do SEBRAE demonstram que o mercado financeiro no Brasil tem uma tendência histórica de discriminação racial e de gênero, dificultando o acesso das mulheres negras a empréstimos e financiamentos necessários para expandir seus negócios. Enquanto o crédito é uma das ferramentas essenciais para a sustentabilidade dos negócios, muitas mulheres negras enfrentam taxas de juros mais altas, têm menos acesso a linhas de crédito específicas para empreendedores e se deparam com exigências mais rígidas para aprovar seus financiamentos, como pode ser verificado nos dados estatísticos de financiamento para micro e pequenas empresas, onde os empreendedores negros têm menos acesso comparado aos empreendedores brancos. A interseção de gênero e raça cria uma sobrecarga econômica específica para as mulheres negras, que enfrentam as opressões do racismo e do sexismo de forma simultânea, assim as interseções resultam em desvantagens duplas e, muitas vezes, mais complexas de serem superadas (Gonzalez, 2019). Esse cenário é refletido no campo do empreendedorismo, onde as mulheres negras enfrentam uma dupla discriminação: uma pelo gênero e outra pela raça, o que muitas vezes as coloca em desvantagem quando tentam acessar recursos financeiros, formar parcerias ou ter visibilidade em mercados maiores. O impacto da desigualdade estrutural sobre as mulheres negras no Brasil pode ser medido não apenas

pelos obstáculos econômicos, mas também pelo tempo adicional que elas precisam investir para superar esses desafios, o que dificulta o sucesso de suas iniciativas empresariais.

Diante dessas barreiras e desafios, as mulheres negras no Brasil têm se organizado por meio de coletivos e redes de apoio específicas, criando espaços de solidariedade, empoderamento e suporte mútuo. Esses coletivos não apenas oferecem suporte financeiro e emocional, mas também fortalecem a identidade coletiva, promovendo o empreendedorismo negro como um movimento de resistência (Santos, 2019). Através dessas redes, elas compartilham experiências, gerenciam recursos coletivos e buscam alternativas para superar as dificuldades financeiras e estruturais que enfrentam. Esses espaços de apoio são fundamentais para a construção de uma economia que promova a autonomia das mulheres negras e fortaleça a cultura afro-brasileira. Além disso, essas redes de suporte têm se utilizado cada vez mais da tecnologia e do digital, o que tem permitido o alcance de mercados mais amplos e a troca de conhecimentos entre diferentes grupos de empreendedoras negras (Barbosa, 2020). Com isso, as mulheres negras conseguem não apenas criar oportunidades de negócios, mas também influenciar e transformar a economia local e nacional, com um enfoque na justiça social e equidade. Essas ações demonstram a resiliência e criatividade das mulheres negras no Brasil, que, apesar das barreiras raciais e de gênero, continuam a impulsionar o desenvolvimento econômico e a promover transformações significativas nas suas comunidades.

4. As mulheres negras no empreendedorismo

O número de mulheres empreendedoras cresceu consideravelmente, impulsionado, entre outros fatores, pela necessidade de independência financeira, pela busca por maior flexibilidade no trabalho e pela capacidade de inovação das mulheres em diversos setores. De acordo com dados do SEBRAE, as mulheres estão cada vez mais presentes no cenário empreendedor, sendo responsáveis por uma parte significativa dos novos negócios no país, mostrando um crescimento expressivo nos últimos anos. As principais características do empreendedorismo feminino no Brasil incluem a forte conexão com causas sociais, a valorização de aspectos como sustentabilidade e a busca por negócios que atendam tanto a necessidades pessoais quanto comunitárias. Muitas mulheres empreendedoras têm se destacado em nichos que envolvem cuidados com a saúde, moda, gastronomia e educação, áreas em que existe uma forte interação com a cultura local e com práticas que promovem o bem-estar coletivo (Natividade, 2009).

No entanto, as mulheres empreendedoras enfrentam uma série de desafios específicos, com o machismo estruturado em uma sociedade patriarcal sendo um dos principais obstáculos. Há uma expectativa social de que homens assumam o papel de provedores, incentivando-os a buscar alternativas de sustento, como o empreendedorismo. Mulheres, por outro lado, lidam com a dupla jornada de trabalho — equilibrando responsabilidades familiares e profissionais —, o que pode limitar seu tempo e disponibilidade para investir em negócios. A diferença no perfil dos negócios impacta como os homens frequentemente estão em setores mais visíveis ou formalizados, como construção civil e transporte, enquanto mulheres negras atuam em setores ligados ao cuidado ou ao trabalho doméstico, muitas vezes invisibilizados e com menor reconhecimento (Natividade, 2009). A dificuldade em acessar

financiamentos e crédito, frequentemente negado com base no gênero, é um dos maiores desafios além da resistência cultural em aceitar mulheres como líderes ou empresárias, algo que ainda é muito forte em setores mais tradicionais. Além disso, elas enfrentam a sobrecarga de trabalho doméstico, que muitas vezes impede o desenvolvimento de seus negócios e reduz suas chances de sucesso. As expectativas sociais em torno do papel das mulheres como cuidadoras e responsáveis pela manutenção do lar ainda limitam o tempo e a energia que elas podem dedicar ao empreendedorismo.

No contexto das mulheres negras empreendedoras, os desafios são ainda mais profundos, pois a discriminação racial e o machismo se combinam, gerando uma "dupla jornada" de exclusão e dificuldades. Assim, mulheres negras enfrentam uma maior resistência para acesso a financiamentos, redes de apoio e espaços de liderança e este estigma racial muitas vezes limita a visibilidade e o reconhecimento do talento dessas mulheres, especialmente em um mercado de trabalho (Barbosa, 2020). Mesmo assim, as mulheres negras têm se destacado pela sua força, criatividade e capacidade de gerar impacto positivo em suas comunidades. Segundo Barbosa (2020), muitas delas buscam empreendimentos que não só promovem seu crescimento pessoal, mas também contribuem para a transformação social, principalmente ao fortalecer a identidade negra e promover a cultura afro-brasileira.

As mulheres negras enfrentam a interseção do racismo e do sexismo, o que dificulta ainda mais o acesso a recursos financeiros, capacitação e oportunidades de crescimento quando comparadas aos homens negros e às mulheres brancas (Bento, 2021). Assim, as barreiras econômicas e estruturais limitam o acesso a crédito é mais limitado para mulheres negras devido a preconceitos institucionais e à sua maior representação em setores informais. Isso restringe suas possibilidades de expandir negócios e de formalizar suas atividades. A predominância masculina nos dados do afroempreendedorismo pode refletir também uma sub-representação ou menor visibilidade das mulheres negras, cujos negócios tendem a ser mais informais ou menos valorizados.

Uma mudança no panorama empreendedor brasileiro, no qual as mulheres representam 54,6% dos empreendedores potenciais, foi destacada dados do "Women's Report – Global Entrepreneurship Monitor 2023" (GEM). Esse dado indica que o futuro do empreendedorismo no Brasil poderá ser liderado majoritariamente por mulheres, representando um avanço significativo na equidade de gênero. Os jovens adultos (entre 18 e 34 anos) compõem a maioria dos empreendedores potenciais, com a faixa etária de 25 a 34 anos correspondendo a 28,6%. Além disso, o nível educacional desse grupo se destaca, com 74,9% possuindo ensino médio ou superior completo. Em termos raciais, aproximadamente 63% dos empreendedores potenciais são pessoas negras ou pardas. Ou seja, há uma grande probabilidade do futuro do empreendedorismo no Brasil ser jovem, feminino e negro. Mas isso significa múltiplas controvérsias que carecem de análise mais apurada para identificar em que condições esta população empreenderá.

5. Conclusão

O protagonismo das mulheres negras como empreendedoras formais tem registrado um crescimento expressivo no Brasil, configurando-se como um fenômeno relevante para a análise das dinâmicas socioeconômicas

contemporâneas. Contudo, esse avanço ocorre em um cenário ainda marcado por desafios estruturais que refletem as profundas desigualdades de gênero e raça historicamente arraigadas na sociedade brasileira. As mulheres negras enfrentam uma interseccionalidade de opressões, caracterizada pela sobreposição de racismo e machismo, que intensifica os obstáculos para sua inserção e consolidação no ambiente empreendedor. Ainda assim, elas têm se afirmado como agentes transformadores, desempenhando um papel central na promoção da inovação, da resiliência e da ruptura com as dinâmicas tradicionais de trabalho, frequentemente relacionadas a atividades de trabalho doméstico e informais. Por meio de suas iniciativas, essas mulheres não apenas ressignificam os espaços de atuação profissional, mas também contribuem para a construção da possibilidade de uma economia mais diversificada.

referências referencias

- Barbosa, Adriana. Preta Potências: Inspirações para Vencer.. São Paulo: HarperCollins Brasil, 2020.
- Bento, Aparecida. Pacto da Branquitude. 1. ed. São Paulo: Editora XYZ, 2021.
- Bicudo, Virgínia Leone. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. 1ªed. Editora Sociologia e Política. Edição. 2010
- Cunningham, J. B.; Lischeron, J. Defining entrepreneurship. Journal of Small Business Management, 29, p. 45-61, 1991.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico Brasileiro de 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010>.
- GEM. Global Entrepreneurship Monitor (GEM). "Global Entrepreneurship Monitor 2023: Global Report>Women's report. GEM Consortium, 2023. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/reports/womens-entrepreneurship>
- Gonzales, Lélia. Primaveras Negras. Editora Zahar, 2020
- Gonzales, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. Editado por Flávia Rios e Márcia Lima, Zahar, 2020.
- Martins, J. C. B.; Santos, A. Um marco para a construção de uma política nacional para os empreendedores afro-brasileiros. In: Nogueira, J. C. (Org.). Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro. Projeto Brasil Afroempreendedor. Editora Atilênde. 2013.
- Monteiro, Jorge Aparecido. O Empresário Negro: Histórias de Vida e Trajetórias de Sucesso Em Busca Da Afirmação Social. Rio de Janeiro: Produtor Editorial Independente. 2001.
- Munanga, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica. 2019.
- Natividade, Daise Rosas da. Empreendedorismo Feminino no Brasil: políticas publicas sob análise. Rev. Adm. Pública 43 (1), Fev 2009.
- Nascimento, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado. 2ª ed., Perspectiva, 2016.
- Santos, Maria Angélica dos. O lado negro do empreendedorismo: afroempreendedorismo e black Money. Belo Horizonte: Letramento. 2019

Silva, E. V. da, Silva Junior, G. C. da, Paz, H. C., & Laurentino, G. K. da S. C. (2023). A fuga da informalidade: o crescimento do microempreendedor individual. Cadernos de Gestão e Empreendedorismo, CGE | Rio de Janeiro | v. 11 | n. 2 | mai.– ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.32888/cge.v11i2.58632>

SEBRAE. O novo retrato do negro empreendedor brasileiro sob a ótica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad). Disponível em: https://datasebrae.com.br/wpcontent/uploads/2024/08/Apresentacao_Empreendedorismo_Negro_v11_final.pdf Publicado em 27 junho de 2024. Acesso em: novembro. 2024.

Sebrae. Repositório de conhecimento sobre os Pequenos Negócios do Brasil. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/biblioteca-estudos-pesquisas/#empreendedores>. Acesso em: novembro 2024.

Sebrae. Relatório técnico Empreendedorismo Feminino IV trimestre 2023. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2024/04/2024-04-02relatorio_e_mpreendedorismo_feminino_202304.pdf Acesso em: novembro 2024.

Sebrae. O financiamento do empreendedorismo feminino no Brasil: um panorama do mercado de crédito 2021-2024. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/creditoempresas-sexo/>

Souza, Neusa Santos. Tornar-se Negro: As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. Editora Graal, 1983.